

Saúde Mental – Políticas de Inclusão

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo.

Adoecer psicologicamente é sempre – atrevo-me a dizer – uma experiência de sofrimento. É descer à cave; não à cave onde arrumamos os brinquedos ou os livros antigos, mas à cave dos medos mais fundos, das dores mais pungentes. Adoecer psicologicamente, em qualquer das suas expressões, pode configurar uma verdadeira viagem ao inferno. E qualquer um de nós, convençamo-nos disso, é um potencial passageiro. Cumpre-nos a todos, enquanto comuns cidadãos, instituições ou Estado, encurtar essa viagem (se não nos for possível cancelá-la), colocando a nossa energia num retorno que confira segurança, inclusão e bem-estar a quem se viu, por razões diversas mas invariavelmente duras, obrigado a uma tão dolorosa partida.

É, pois, cada vez mais necessário, cada vez mais urgente emprestarmos sempre nova luz a este tema!

A Organização Mundial de Saúde, em Maio passado, forneceu-nos dados muito alarmantes, ao constatar que cerca de 350 milhões de pessoas deverão sofrer de depressão e que as doenças mentais representam 13% do total de todas as doenças do mundo

(constituindo-se assim como uma das principais causas de incapacidade, se não mesmo a principal, nas sociedades atuais). Segundo o mesmo relatório, está previsto que a falta de produtividade decorrente das doenças mentais provoque, na União Europeia, uma quebra do PIB de entre 3 a 4%. Ou seja: hoje, mais do que nunca, a saúde mental deve ser encarada como uma prioridade de saúde pública, visto estarmos perante um problema que suplanta, em absoluto, a esfera do sofrimento individual, assumindo contornos tão mais graves quanto o grau de severidade da crise que atravessamos. Acrescente-se que, segundo o relatório *Health at a Glance*, da OCDE, conhecido a 21 de novembro, a prescrição de antidepressivos em Portugal e Espanha aumentou 20% nos últimos 5 anos. O desemprego e a pobreza só tenderão, portanto, como os estudos apontam e como se nos afigura evidente, a piorar o cenário, potenciando descompensações psiquiátricas e favorecendo o aumento de quadros depressivos e de perturbações ligadas ao *stress*. Ora, os Açores, integrados que estão neste mundo em crise e neste Portugal sovado por uma austeridade cega imposta pelo Governo da República, não podem, naturalmente, ficar fora do problema. Mas podem, como está o Governo Regional a fazer, trilhar caminhos diferentes, tomar opções políticas distintas, que, conseqüentemente, contribuam para uma suavização do impacto das medidas nacionais de empobrecimento – através, por exemplo, da manutenção de apoios sociais, do alargamento da

remuneração complementar (que todos desejamos venha a concretizar-se) e de um investimento público que procura ir ao encontro das necessidades de empregabilidade da população. Esta amenização de danos não anula os problemas das pessoas, mas refletir-se-á positivamente na vida dos açorianos, o que, por conseguinte, beneficiará (de forma indireta ou mesmo direta) a sua (a nossa) saúde mental.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo.

Esta – porque intrinsecamente humana – é uma preocupação infatigável, que assumirá sempre a forma de um processo, de um gerúndio que se vai conjugando todos os dias.

Os Açores têm feito neste campo um longo caminho, contando sempre com parceiros fundamentais, nomeadamente as Casas de Saúde, que asseguram, desde há várias décadas, o internamento de pessoas com doença mental, e atuam, há alguns anos, na sua reabilitação psicossocial. Neste momento, encontram-se cerca de 640 pessoas internadas nessas instituições, em vagas participadas pela Região (num montante anual aproximado de 9 milhões de euros). Recentemente, foram inauguradas pequenas unidades de internamento de agudos nos Hospitais de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo, com capacidade para 8 camas cada, acompanhando diretrizes mundiais que aconselham a

internar utentes agudos em Hospitais Gerais. É também sabido que acompanhar essas diretrizes implica irmos abandonando, de modo progressivo, modelos essencialmente biomédicos, assentes sobretudo na farmacologia e na intervenção médica (com um investimento de grande monta no internamento), e progredindo, em comunhão com os parceiros, para um paradigma comunitário, que, para além de proporcionar uma estabilização clínica, reabilite a pessoa com doença mental aos níveis residencial, sociofamiliar e laboral. São pois aqui essenciais todos aqueles que promovam ao utente e aos seus familiares um bem-estar abrangente – residências de transição, uma boa rede de CAO's na qual o Governo Regional tem feito um investimento considerável (veja-se, por mero exemplo, o que está a ser realizado pelo Governo Regional no CAO e Lar Residencial da Praia da Vitória ou a reinstalação da Aurora Social com a Associação de Autistas, que pretende ir, aliás, mais longe do que um simples CAO, entrando já na lógica da uma empresa de inserção social), empresas de inserção (como acabo de referir e que têm observado um incremento assinalável na Região), apoio domiciliário (estando, para o efeito, o Governo a estudar propostas de parceiros) e ainda o movimento associativo (de doentes e familiares), que tem, e muitíssimo bem, crescido na Região. A este respeito, devo referir uma aposta formativa que o Governo Regional fará a breve trecho, trazendo à Região um curso da responsabilidade do Professor Álvaro Carvalho, Diretor do Programa Nacional para a

Saúde Mental, no âmbito da Psicoeducação para Famílias de Pessoas com Doença Mental Grave – com as evidentes repercussões, a médio e longo prazo, que iniciativas desta natureza proporcionam. Doentes e familiares dotados de ferramentas biopsicossociais, transversais às suas necessidades e adaptadas à sua realidade, serão, forçosamente, cidadãos mais ativos, mais produtivos para a economia, mais intervenientes nos seus próprios processos, mais aptos a cumprir com os seus deveres e mais poderosos a reivindicar os seus direitos.

Muito está feito, é certo. Mas muito há ainda para fazer – como, aliás, fica expresso no Plano Regional de Saúde, que vem na senda do Plano de Ação para a Reestruturação do Serviço Regional de Saúde, quando, no que concerne à Rede de Saúde Mental, se planeia “evoluir segundo o novo paradigma de tratamento e acompanhamento do doente mental, numa lógica de proximidade com a sociedade e com a família”, colocando a tónica no “tratamento e integração dos utentes na sociedade” – sem que isso implique, naturalmente, desvio de cuidados aos internamentos que, por razões várias, tenham de continuar a inscrever-se num contexto de longa duração. Assim, avançarmos progressivamente para aquilo a que um especialista na matéria, o Professor José Ornelas, chama a Era Pós-Hospitalar, implica um trabalho interdisciplinar e de apoio integrado aos utentes, já iniciado (e bem) na Região, mas que carece de consolidação. E nós cá

estamos – e cá estaremos – para lutar por esse trabalho de concertação que exigirá grande lucidez de todos os intervenientes.

No entanto, apesar de sabermos que há passos importantes a dar, não posso deixar de referir, com alegria, que a Região conheceu ganhos extraordinários, de uma natureza, diria eu, essencialmente humanista, e que estão para além das infraestruturas (construídas ou por construir), das taxas e dos números, dos gastos ou dos investimentos (feitos ou por fazer). Longe vai o tempo que aos doentes mentais dos Açores e aos seus familiares pouco mais era dado do que um muro alto, feito de solidão, medo e vergonha. Lembro-me de, na minha infância, e a mero título de exemplo, o “Egipto” (ou seja, como sabemos, a Casa de Saúde São Miguel) ser um sítio muito longe do mundo. Pior: ser um sítio fora do mundo. Ou pior ainda: ser um sítio que não cabia no mundo. Nos últimos anos (eu diria, por aproximação, que sobretudo na última década e meia), as casas de saúde, os doentes mentais e toda a rede de serviços que os apoia passaram a ser parte integrante deste mundo plural a que todos pertencemos, e já não um mundo à parte. Deve-se isto a uma certa evolução natural do pensamento, mas também ao empenho de todos os intervenientes, que contam com o apoio inquestionável do Partido Socialista e do Governo Regional, neste trabalho (constante, apesar dos progressos) de combate ao estigma associado à doença mental.

Gostaria de frisar ainda que falar de saúde mental é muito mais do que falar de doença mental, ainda que a inclua. Intervir em saúde mental requer um amplo leque de atuação, no âmbito das prevenções primária, secundária e terciária. Ou seja: ao nível primário, promovendo a saúde e os estilos de vida saudáveis e prevenindo o desenvolvimento de processos de doença mental; ao nível secundário, detetando a patologia em estádios precoces, ajudando assim a reduzir a gravidade ou a reverter o processo; ao nível terciário, melhorando o curso de doenças mentais clinicamente assinaladas, reabilitando os seus portadores e reduzindo incapacidades. É também visando esta atuação, necessariamente multidisciplinar, que o Governo Regional decidiu contratar, até 2015, pelo menos um psicólogo para cada Unidade de Saúde da Região. E é igualmente com esse fito que se tudo fará para fixar nos Açores dois psiquiatras da infância e juventude. Ou seja, queremos que, de Santa Maria ao Corvo, não fique um doente mental por acompanhar, uma criança ou jovem por avaliar, um único açoriano a precisar de auxílio a este nível, de qualquer idade e de qualquer origem, por atender.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo.

A Saúde Mental tem uma semântica própria, que necessita de recursos e de investimento, é certo, mas sobretudo de uma atitude

social (da qual todos somos responsáveis) de grande humanismo. Num mundo que sucumbe a olhos vistos, naufragando que vai em lógicas tecnocráticas e estéreis, cabe-nos a tarefa, exigente mas possível, de lutarmos, todos nós (governo, partidos políticos, instituições, associações, profissionais ou comuns cidadãos), para que essa gramática e esse léxico tão especiais integrem, em definitivo, o dicionário das nossas vidas.

Disse.